

LINGUASAGEM

CULTURA DIGITAL, LINGUAGENS E TDIC NA BNCC E NA BNC-FORMAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Geraldo Jose RODRIGUES LISKA¹

Resumo: Questões que envolvem as ações e reações da educação frente a pandemia e todos os movimentos que se constituem em processos para ressignificar a sala de aula perante as demandas do isolamento e da educação online são temas de debate e discussão atuais. Pensando nisso, realizamos um recorte sobre o que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional Curricular inicial para a formação de professores da Educação Básica (BNC-Formação) dizem com relação ao conhecimento de tecnologias digitais de comunicação e informação (TDCI). Percebemos que os documentos trazem como uma das principais competências para seu público a compreensão e a utilização de TDCI. Por outro lado, deparamo-nos com um desafio a ser superado perante a realidade: professores se preparando para responder às exigências do contexto e alunos que não têm os equipamentos necessários para acompanhar as mudanças, o que amplia a falta de equidade do sistema de ensino.

Palavras-chave: BNCC; BNC-Formação; Tecnologias; Pandemia.

Introdução

A pandemia de Covid-19, a partir de 2020, motivou o início de diversas mudanças na forma de ensino em escolas e universidades devido às regras de isolamento físico. De acordo com Ilvari et al. (2020), as aulas passaram a ser ofertadas de modo remoto, emergencial, e os professores se viram obrigados a se reinventarem, se adaptarem e aprenderem novas práticas.

Diante desse contexto, estamos nos deparando com novas informações e ao mesmo tempo tendo que nos reorganizar o dia a dia. Com isso, surgem as dificuldades com as tecnologias, tanto no acesso como no conhecimento sobre elas, e ações e reações

¹Doutor e Mestre em Estudos Linguísticos (Área: Linguística Aplicada. Linha: Ensino do Português) pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: geliska@gmail.com.

revista *Linguasagem*, São Carlos, v.40, Número temático. Covid-19: uma pandemia sob o olhar das ciências da linguagem, 2021, p. 288-304. ISSN: 1983-6988

da educação que se constituem em processos para ressignificar a sala de aula perante as demandas do isolamento e da educação online.

Já havíamos defendido que o contexto educacional passou muitas mudanças com a evolução tecnológica (LISKA, 2018). Isso exigiu a reformulação das metodologias e ferramentas utilizadas para o ensino. Além disso, em relação às ferramentas, muitas foram incorporadas como veículo de conhecimento, exigindo capacitação do educador. Por meio dessas novas estratégias de ensino, coube ao professor um meio de estimular a busca de informações ao aluno e promover o seu desenvolvimento, de maneira dinâmica, interagindo com o saber; que seja atraente e desperte a curiosidade do educando. Estamos diante de vários fatores que contribuem para a ressignificação do processo de ensino e aprendizagem.

Preocupados com o ensino diante do contexto de pandemia, pensamos em verificar como os atuais documentos norteadores da educação trabalham com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), que têm sido os recursos mais pensados para diminuir os impactos trazidos pelo contexto.

Para isso, então, realizaremos nas próximas seções breves explicações sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (BRASIL, 2019). Em nossa análise, levantamos questionamentos sobre a concepção de cultural digital trazida por esses documentos e as habilidades que a rodeiam, versus a realidade de alunos e professores em território nacional.

Para compararmos os pressupostos desses documentos com o atual cenário educacional brasileiro, buscamos, como parte dos procedimentos metodológicos, reportagens da imprensa de circulação nacional e selecionamos somente algumas como exemplo, já que grande parte mostra medidas e reações semelhantes para tentar diminuir os impactos trazidos.

Em consulta ao Google Trends (Figura 1), podemos verificar o interesse pelo termo “ensino remoto” ao longo dos meses de 2020 no país. Buscamos também pelas palavras ‘pandemic’ e ‘education’ no mundo todo. Os números representam o interesse de pesquisa relativo ao ponto mais alto no gráfico de uma determinada região em um dado período. Um valor de 100 representa o pico de popularidade de um termo. Um valor de 50 significa que o termo teve metade da popularidade. Uma pontuação de 0 significa que não havia dados suficientes sobre o termo. Para comprovar a novidade do

revista **Linguagem**, São Carlos, v.40, Número temático. Covid-19: uma pandemia sob o olhar das ciências da Linguagem, 2021, p. 288-304. ISSN: 1983-6988

assunto, buscamos a mesma expressão (ensino remoto) em 2019 e obtivemos a resposta de que não há dados suficientes de pesquisa.

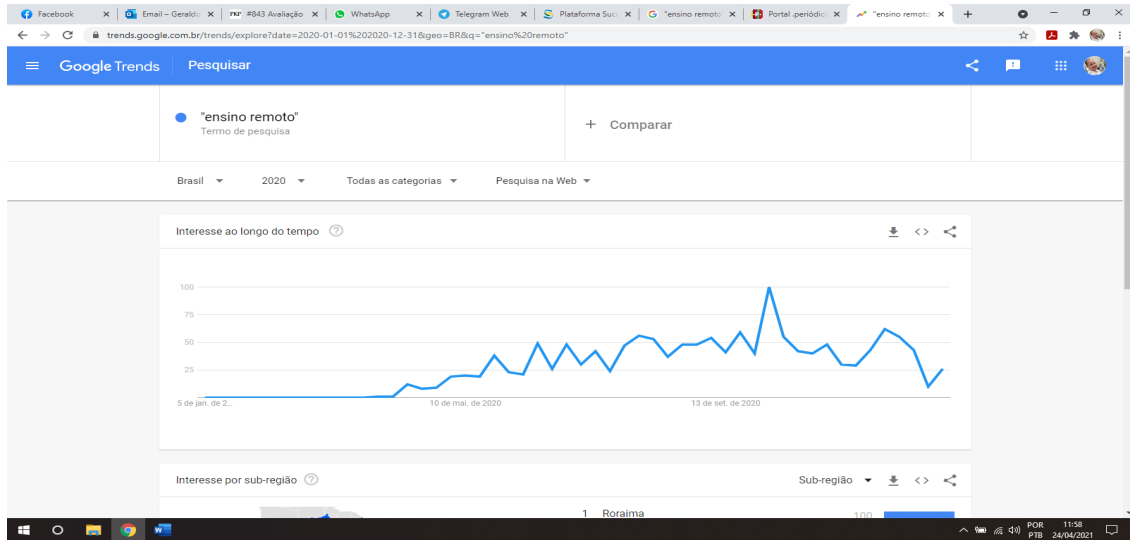


Figura 1: Google Trends²

Nas próximas seções, abordaremos como a BNCC trata do conceito de cultura digital. Resumidamente, veremos que se reforça o uso de diferentes linguagens no processo comunicativo, incluindo a digital, e a compreensão e a utilização crítica, ética e significativamente das tecnologias digitais nas práticas sociais, inclusive para produção de conhecimento e resolução de problemas. Veremos também, assim como pode ser observado na BNCC, que a BNC-Formação também faz referência, em vários momentos do documento, de competências e habilidades necessárias quanto ao uso das TDICs na prática docente. Por outro lado, pensando em nossa experiência como professor e trazendo para reflexão algumas reportagens e os dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), podemos observar que tanto o documento de 2017 como o de 2019 exigem um ideal que não se realiza, ou que se realiza pouco, como detalharemos a seguir.

BNCC e cultura digital

A versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017b) apresenta dez competências gerais comuns a toda a Educação Básica e estão ancoradas

² Fonte: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2020-01-01%202020-12-31&geo=BR&q=%22ensino%20remoto%22>, Acesso em 24/04/2021.

revista *Linguagem*, São Carlos, v.40, Número temático. Covid-19: uma pandemia sob o olhar das ciências da linguagem, 2021, p. 288-304. ISSN: 1983-6988

nos princípios éticos, políticos e estéticos das Diretrizes Curriculares Nacionais. Tais competências pretendem assegurar, como resultado do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, uma formação humana integral que visa à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Fundador de uma perspectiva educacional sobre a importância da escola e a reorganização do processo, a Pedagogia Histórico-Crítica, Saviani (2016) já criticava currículos que pretendem conferir competências para a realização de tarefas mecânicas e corriqueiras, secundarizando o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania. Isso é o que ele evidenciava na proposta divulgada pelo MEC sobre a base nacional comum curricular.

A Base orienta que o aluno deve compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Isso, conforme a BNCC, é reflexo da cultura digital, que tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas. Garofalo (2018) define o conceito como cultura nascida pela era digital, originária do ciberespaço e da linguagem da internet que busca integrar a realidade com o mundo virtual. Em decorrência do avanço e da multiplicação das TDICs e do crescente acesso a elas pela maior disponibilidade de computadores, telefones celulares, tablets e afins, os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura (embora veremos adiante que isso não se comprova), envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil.

As diversas práticas letradas em que o aluno já se inseriu na sua vida social mais ampla, tais como ouvir e recontar contos, seguir regras de jogos e receitas, jogar games, relatar experiências e experimentos, precisam ser progressivamente intensificadas e complexificadas ao longo da Educação Básica. Nesses eventos de letramento, conforme a BNCC, mesmo em situação escolar, deve ser preservada a sua inserção na vida, como práticas de linguagem que são efetivamente utilizadas no cotidiano, embora se preserve também a análise de aspectos desses enunciados orais e escritos que viabilizam a consciência e o aperfeiçoamento de práticas situadas.

A BNCC orienta para uma preparação básica para o trabalho e a cidadania, supondo o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível, criando possibilidades para viabilizar seu projeto de vida e continuar aprendendo, de modo a ser capazes de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. Para isso, a escola precisa se estruturar de maneira a: estimular atitudes cooperativas e propositivas para o enfrentamento dos desafios da comunidade, do mundo do trabalho e da sociedade em geral, alicerçadas no conhecimento e na inovação.

Segundo a BNCC, as habilidades em conjunto podem proporcionar o estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de TDICs. Em consequência, possibilita aos alunos ampliar a compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

BNCC, competências e habilidades de linguagem

Ao apresentar as áreas do conhecimento e seus componentes curriculares, a BNCC afirma que, ao longo da Educação Básica, a área de Linguagens (Arte, Educação Física, Língua Estrangeira e Língua Portuguesa) deve propiciar aos alunos aprendizagens relativas à expansão das possibilidades de uso das práticas de linguagem, com vistas a ampliar suas capacidades expressivas, à compreensão de como se estruturam as manifestações artísticas, corporais e linguísticas e ao reconhecimento de que as práticas de linguagem são produtos culturais e estruturam as relações humanas.

Assim como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para o ensino da Língua Portuguesa, a Base foi construída na perspectiva discursiva da linguagem. Lembramos que, nos Parâmetros, o conceito de linguagem é “forma de ação

interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1997, p. 23).

Seguindo os PCN, na Base, ao componente curricular Língua Portuguesa cabe proporcionar aos alunos experiências que contribuam para o desenvolvimento do letramento (ou dos letramentos), entendido como “a condição de participar de uma diversidade de práticas sociais permeadas pela escrita” (BRASIL, 2017, p. 505). Para isso, a escola precisa possibilitar o contato com larga variedade de textos, em práticas diversas de uso da língua. Nas modernas sociedades tecnológicas, essa diversidade de textos e práticas se amplia, colocando novos desafios ao professor. Nesse sentido, os textos que articulam o verbal, o visual, o gestual, o sonoro, o tátil, que constituem o que se denomina multimodalidade de linguagens, devem também ser considerados nas práticas de letramento.

Transcrevemos algumas habilidades que envolvem conhecimento e uso de tecnologias de informação e comunicação:

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)	Utilização de tecnologia digital	(EF15LP08) Utilizar software, inclusive programas de edição de texto, para editar e publicar os textos produzidos, explorando os recursos multissemióticos disponíveis.
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)	Escrita colaborativa	(EF05LP17) Produzir roteiro para edição de uma reportagem digital sobre temas de interesse da turma, a partir de buscas de informações, imagens, áudios e vídeos na internet, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
Oralidade	Estratégias de produção: planejamento e produção de apresentações orais	(EF69LP38) Organizar os dados e informações pesquisados em painéis ou slides de apresentação, levando em conta o contexto de produção, o tempo disponível, as características do gênero apresentação oral, a multissemiose, as mídias e tecnologias que serão utilizadas, ensaiar a apresentação, considerando também elementos paralinguísticos e cinésicos e proceder à exposição oral de resultados de estudos e pesquisas, no tempo determinado, a partir do planejamento e da definição de diferentes formas de uso da fala – memorizada, com apoio da leitura ou fala espontânea

Leitura	Reconstrução do contexto de produção, circulação e recepção de textos Caracterização do campo jornalístico e relação entre os gêneros em circulação, mídias e práticas da cultura digital	(EF89LP01) Analisar os interesses que movem o campo jornalístico, os efeitos das novas tecnologias no campo e as condições que fazem da informação uma mercadoria, de forma a poder desenvolver uma atitude crítica frente aos textos jornalísticos.
Leitura	Relação entre textos	(EF89LP02) Analisar diferentes práticas (curtir, compartilhar, comentar, curar etc.) e textos pertencentes a diferentes gêneros da cultura digital (meme, gif, comentário, charge digital etc.) envolvidos no trato com a informação e opinião, de forma a possibilitar uma presença mais crítica e ética nas redes.

Quadro 1 - Habilidades na BNCC de tecnologias da informação e comunicação:

Fonte: (BRASIL, 2017) Adaptado.

Percebemos que as habilidades têm níveis de progressão que vão desde processos cognitivos que envolvem análise de diferentes práticas e interessantes entre campos de atuação da produtividade linguística até, de fato, ter a capacidade de organizar e produzir informações com a ajuda de TDIC em determinadas circunstâncias de escrita e de fala.

É importante destacar que muitas mudanças realizadas entre a Versão 2 e a Versão Final da BNCC foram frutos das principais recomendações e sugestões apresentadas no documento “Seminários Estaduais da BNCC: Posicionamento conjunto de Consed e Undime sobre a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular”³ (doravante referido como Relatório Consed e Undime).

O Relatório Consed e Undime enfatizou que a revisão dos objetivos fosse realizada buscando assegurar que o sujeito aprendente estivesse sempre no centro do processo, reconhecendo o seu protagonismo no seu percurso de desenvolvimento e que os objetivos de aprendizagem não remetessem a intenções ou procedimentos de ensino.

Além disso, indicava a necessidade de revisar a progressão das aprendizagens do Ensino Fundamental, para que correspondessem à capacidade dos estudantes e permitissem uma transição adequada para o Ensino Médio.

Em resumo, as solicitações do Relatório Consed e Undime apoiaram-se no princípio de que a progressão de aprendizagem está associada a processos cognitivos –

³ Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico/>, Acesso em 11 abr. 2021.

revista *Linguagem*, São Carlos, v.40, Número temático. Covid-19: uma pandemia sob o olhar das ciências da linguagem, 2021, p. 288-304. ISSN: 1983-6988

descritos pelo uso de verbos – que permitem indicar o aumento de demanda cognitiva ao longo dos anos de escolaridade, ainda que se refiram ao mesmo conteúdo.

No que concerne à alteração da demanda cognitiva das habilidades, estratégia adotada para garantir a progressão de aprendizagem, o Relatório Consed e Undime tomou como referência de análise a taxonomia modificada de Bloom (FERRAZ; BELHOT, 2010, apud BRASIL, 2017a), As habilidades da Versão 2 foram inicialmente analisadas e categorizadas com base nas informações do Quadro 2 e tais categorias foram utilizadas tanto para analisar os níveis de aprendizagem expressos nos objetivos de aprendizagem da Versão 2 quanto para analisar e rever as habilidades da Versão Final, de maneira a assegurar a progressão de aprendizagem ao longo do Ensino Fundamental, considerando as especificidades dos diferentes componentes:

NÍVEIS DE APRENDIZAGEM	PROCESSOS COGNITIVOS (VERBOS)
1. Lembrar Refere-se ao reconhecimento e reprodução de ideias, fatos, termos, conceitos básicos, respostas e conteúdos. Associado à memorização.	Escolher, definir, duplicar, identificar, listar, reconhecer, relatar, reproduzir, recuperar, selecionar, soletrar etc.
2. Compreender Refere-se ao estabelecimento de conexão entre o novo e o conhecimento previamente adquirido. Associado à compreensão de fatos e a ideias de organização, comparação, classificação, entre outras.	Calcular, categorizar, elucidar, classificar, comparar, concluir, contrastar, demonstrar, descrever, debater, exemplificar, aumentar, explicar, ampliar, identificar, ilustrar, inferir, interpretar, localizar, corresponder, delinear, parafrasear, prever, relatar, reformular, mencionar, mostrar, resumir, traduzir etc.
3. Aplicar Refere-se à execução ou ao uso de procedimento em uma situação específica e à solução de problema, com base no conhecimento adquirido, estratégias, técnicas etc.	Aplicar, executar, construir, escolher, classificar, construir, demonstrar, desenvolver, executar, experimentar, identificar, ilustrar, executar, entrevistar, fazer uso de, organizar, planejar, praticar, selecionar, solucionar, usar, utilizar etc.
4. Analisar Relacionado a dividir a informação em partes relevantes e irrelevantes, importantes e menos importantes e entender a inter- relação existente entre elas. Implica fazer inferências e encontrar evidências para apoiar generalizações.	Analisar, apreciar, assumir, atribuir, categorizar, classificar, comparar, concluir, contrastar, desconstruir, detectar, diferenciar, descobrir, discriminar, dissecar, distinguir, dividir, examinar, formular dedução, inferir, integrar, organizar, relatar, selecionar, sequenciar, simplificar, estruturar, testar etc.
5. Avaliar Associado à realização de julgamentos baseados em critérios e padrões qualitativos e quantitativos ou de eficiência e eficácia. Implica apresentar e defender opiniões e defender ideias e conceitos.	Concordar, apreciar, avaliar, conferir, escolher, comparar, concluir, criticar, decidir, deduzir, defender, determinar, refutar, discutir, calcular, avaliar, explicar, interpretar, julgar, justificar, medir, monitorar, priorizar, provar, ranquear, recomendar, reconstruir, selecionar, apoiar, verificar etc.
6. Criar Significa compilar informações ou elementos, com a intenção de criar nova visão, solução, estrutura ou	Adaptar, construir, mudar, escolher, combinar, compilar, compor, construir, criar, projetar, desenvolver, debater, elaborar, calcular, formular,

modelo, utilizando conhecimentos e habilidades previamente adquiridos. Envolve o desenvolvimento de ideias novas e originais, produtos e métodos.	generalizar, supor, modificar, planejar, produzir, propor, solucionar etc.
---	--

Quadro 2 – Níveis de aprendizagem e processos cognitivos (verbos)
 Fonte: Estudo Comparativo (BRASIL, 2017a, pp. 42-43). Adaptado.

Paiva e Padilha (2012) reconhecem que o uso de tecnologias e as interfaces de comunicação interativa síncrona e assíncrona são importantes tanto para a mediação pedagógica quanto para promover habilidades de nível superior dos alunos. Segundo os pesquisadores, o enfoque da Taxonomia de Bloom para a era digital não pode estar meramente centrada nas mídias nem nas interfaces de comunicação, pois compreendem que as ferramentas são apenas os meios para se potencializar os processos cognitivos nos diferentes níveis de aprendizagem. Ressaltam que a categorização das etapas nesta Taxonomia não significa que elas são hierárquicas, mas sim que podem transitar entre si, sem perder a peculiaridade e predominância de cada nível.

Veremos na próxima seção como é a realidade perante essas habilidades.

Pressupostos da BNCC x realidade dos alunos

Quando comentamos que a BNCC considera que os estudantes estão dinamicamente inseridos na cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal, buscamos dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br).

Trata-se de uma pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras realizada anualmente, desde 2010, com a comunidade escolar (alunos, professores, coordenadores pedagógicos e diretores). Ela tem abrangência nacional e considera as escolas públicas (municipais e estaduais) e privadas, urbanas e rurais. Para a seleção da amostra é utilizado o cadastro construído anualmente pelo Censo Escolar conduzido pelo Inep. São realizadas entrevistas são presencialmente (Computer-assisted personal interviewing - CAPI) para alguns públicos e por telefone (Computer-assisted telephone interviewing - CATI) para outros respondentes, como os da zona rural.

Segundo informações da página⁴, os dados coletados são utilizados como base para a formulação e a avaliação de políticas públicas relacionadas ao uso destas tecnologias pelos estabelecimentos de ensino brasileiros, visando melhorias na qualidade da educação.

Em resumo, vimos que quase 40% dos alunos de escolas públicas não têm computador ou tablet em casa; 21% dos alunos de escolas públicas só acessam a internet pelo celular (o uso da internet exclusivamente pelo celular é maior no Norte (26%) e Nordeste (25%); apenas 14% das escolas públicas (estaduais e municipais) tinham ambiente ou plataforma virtual de aprendizagem antes da pandemia; 16% dos estudantes da rede pública e privada declararam ter participado de cursos online e 24% fizeram simulados ou provas, o que pode indicar dificuldades atuais para acompanhar o ambiente virtual de aprendizagem. Quanto mais velho o aluno, maior o índice.

Entre 2016 e 2019, a porcentagem de instituições públicas urbanas cujos pais ou responsáveis utilizaram perfis ou páginas em redes sociais para interagir com a escola passou de 32% para 54%.

Percebemos então que as dificuldades trazidas pelos alunos e pelas escolas vão além de conhecimento das tecnologias: elas envolvem falta de infraestrutura e indisponibilidade de recursos técnicos.

Quando o isolamento social começou, em março de 2020, começamos a perceber na mídia os desdobramentos dessas dificuldades:

The image shows a screenshot of a news article on the website 'O GLOBO SOCIEDADE'. The article title is 'Pesquisa com pais de alunos de escolas particulares diz que 66% tiveram dificuldade com ensino remoto na pandemia'. The author is Bruno Alfano, and the date is 16/07/2020. The article includes a photo of a classroom with students and a teacher, and a caption: 'Escolas adotaram ensino online devido à pandemia do novo coronavírus - Foto: Ana Branco / Agência O Globo'. The browser address bar shows the URL: 'oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pesquisa-com-pais-de-alunos-de-escolas-particulares-diz-que-66-tiveram-dificuldade-com-ensino-remoto-na-pandemia-24534331'.

⁴ Disponíveis em <https://cetic.br/pt/pesquisa/educacao/>. Acesso em 15 set. 2020.

Figura 2: Notícia do Portal o Globo⁵

A notícia mostra uma pesquisa feita pela Ernst & Young Global Limited-Parthenon, em conjunto com outra organização, a Educa Insights, intitulada “Impacto da Covid-19 no ensino básico privado no Brasil”. Ela afirma que dois em cada três (66%) pais pesquisados relatam dificuldade em lidar com o ensino remoto. Além disso, 47% afirmam que a escola não está dando o suporte necessário de forma remota e 54% deles apontaram uma dificuldade moderada em navegar pela nova experiência de ensino online.

A pesquisa supõe que o atual contexto trouxe uma mudança abrupta e improvisada para o modelo educacional, resultando em maior uso de tecnologia, mas que isso não necessariamente levará a melhorias no aprendizado.

Outra matéria mostra que, mesmo as aulas acontecendo no mesmo período em que os alunos estudavam presencialmente, eles começam a ter dificuldade de manter a rotina dos estudos.

Em outras situações, para tentar amenizar os impactos para os alunos que têm dificuldade de acesso às aulas por meios digitais, algumas escolas recorreram à entrega de materiais impressos, como apostilas, listas de exercícios e roteiros de estudo, ou uso de rádio e televisão:

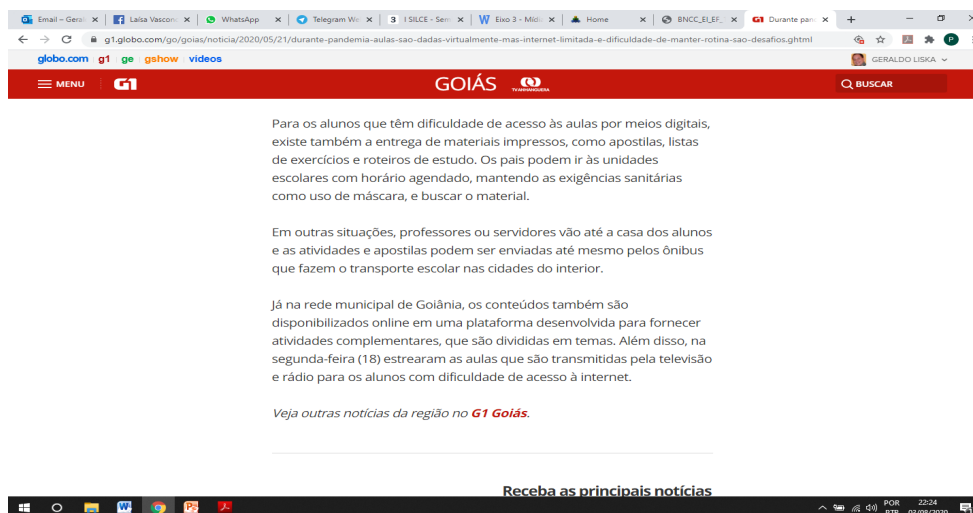


Figura 3: Notícia do Portal o Globo⁶

⁵Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pesquisa-com-pais-de-alunos-de-escolas-particulares-diz-que-66-tiveram-dificuldade-com-ensino-remoto-na-pandemia-24534331>>. Acesso em 17 set. 2020.

revista *Linguagem*, São Carlos, v.40, Número temático. Covid-19: uma pandemia sob o olhar das ciências da linguagem, 2021, p. 288-304. ISSN: 1983-6988

Para o retorno às aulas presenciais, algumas diretrizes foram elaboradas pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) visando pelos Estados adaptações às realidades locais. O documento (CONSED, 2020) trata desde o controle sobre a quantidade de alunos na sala de aula até questões relacionadas às medidas sanitárias para prevenção e propagação da doença. Foca-se em rodízio presencial com continuidade de atividades online. Haverá rodízio entre estudantes em sala e em casa, sem exercícios em grupo, com continuidade das atividades online.

BNC-Formação versus realidade dos professores

No fim de 2019, foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro, que aprova novas diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), com fundamento no Parecer CNE/CP nº 22/2019, aprovado em 7 de novembro do mesmo ano.

O documento revoga a recente Resolução CNE/CP nº 2/2015 para se adequar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em cumprimento ao art. 11 da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que deu nova redação ao art. 62, § 8º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1966, a LDB, ao estabelecer o prazo de dois anos para que os currículos dos cursos de formação de docentes tenham por referência a BNCC.

É certo que essa nova organização impacta na transformação dos cursos já existentes e, se aprovada, cada IES terá prazo limite de até 2 anos (dois anos), a partir da publicação da Resolução, para implantação. As instituições que já se adequaram à Resolução CNE/MEC Nº 02/2015, terão o prazo limite de 03 (três anos).

A resolução estabelece competências gerais e específicas que envolvem conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional. Sobre reflexão e uso de tecnologias de informação e comunicação, temos as seguintes competências:

⁶ Disponível em <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/05/21/durante-pandemia-aulas-sao-dadas-virtualmente-mas-internet-limitada-e-dificuldade-de-manter-rotina-sao-desafios.ghtml>. Acesso em 17 set. 2020.

- Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
- Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.
- Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.

Para o exercício docente, a resolução espera então engajamento profissional, de maneira que o professor se comprometa com seu próprio desenvolvimento, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.

Assim como na Educação Básica, essa formação inicial já previa uma base nacional comum proposta por essa resolução, orientada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão.

Defendemos que essa nova base, assim como já tínhamos defendido em 2017 (LISKA; RIBEIRO, 2017), deve primar pela relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Além disso, deve valorizar a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa.

Quando olhamos dados da mesma pesquisa realizada pelo Cetic.br, vemos que 79% dos docentes se queixam da ausência de curso específico para o uso do computador e da internet nas aulas, o que dificulta o trabalho. Além disso, reclamam da ausência de suporte técnico e manutenção dos equipamentos obsoletos e ultrapassados e baixa velocidade de conexão à Internet.

Os docentes mostram grande preocupação com a conexão dos alunos e com o número insuficiente de computadores disponíveis para eles. Ainda assim, a pesquisa mostra que, bem antes do isolamento social, os professores têm tentado utilizar a internet para desenvolver ou aprimorar conhecimentos sobre o uso de tecnologias nos processos de ensino e de aprendizagem.

Resultados e discussões

Considerando a consolidação de saberes e práticas o intuito da BNCC para a Educação Básica, o uso de recursos digitais seria de uma forma mais refletido, equilibrado e produtivo. É desejável, progressivamente, que o aprendiz amplifique a produção de sentido, de criação autoral e de autoconhecimento sobre seu processo de aprendizagem para interagir em diversos campos.

Vimos que Paiva e Padilha (2012) defendem que os níveis cognitivos da Taxonomia de Bloom podem transitar entre si, por outro lado defendemos que as habilidades devem permitir essa transição. Não basta simplesmente haver uma habilidade que mencione criar algo sem permitir que se reconheça esse algo primeiro. Churches (2009) esclarece que, quando pensamos nesta Taxonomia para a era digital, o foco não deve ser as ferramentas nem nas TICs, pois estas são apenas os meios e não o fim. Elas devem ser pensadas para favorecer o processo de ensino e aprendizagem para recordar, compreender, aplicar, analisar, avaliar e criar.

Quanto à BNC-Formação, o docente que se graduar após a regulamentação do documento deve estar alinhado com as noções básicas das tecnologias digitais de informação e comunicação, além de saber explorar metodologias de ensino e aprendizagem que utilizam esses meios. Royle et al (2014) pontuam, para ocorrer uso pedagógico de dispositivos digitais na educação básica, cada professor precisa vivenciar este processo de aprendizagem, ou seja, eles precisam primeiro reconhecer seus próprios hábitos digitais e usar por si próprios as ferramentas digitais em suas vidas cotidianas. Ou seja, não basta que a formação inicial ou continuada adentre tópicos de tecnologias digitais sem que os próprios professores façam uso delas no dia a dia.

Em geral, percebemos três situações para acompanhar a educação nesta pandemia que trazem bastante dificuldade:

1) Professores neste novo mundo de tecnologias correndo contra o tempo para aprender e ao mesmo tempo responder às exigências do contexto;

2) Alunos que não têm as ferramentas, nem os equipamentos necessários para acompanhar as mudanças, o que traz a falta de equidade do sistema de ensino;

3) Família que agora se vê na condição de ser ainda mais participativa na educação dos seus filhos.

Sabemos que não podemos nos comparar com quem sabe usar uma tecnologia sofisticada, desde que o trabalho seja feito com cuidado, dedicação e segurança. Um simples e-mail, bem respondido, bem direcionado a sanar uma dúvida de um aluno, pode trazer mais resultado que fazer um vídeo bonito, mas que ninguém entendeu o conteúdo.

Outras medidas que podem ajudar seriam permitir ensino online assíncrono, pensando nas famílias que dividem o mesmo equipamento e criar alunos colaboradores: pesquisar com o grupo a quais suportes têm melhor acesso (materiais em texto, áudio, vídeo, jogos, animações) sobre os temas que estão estudando. Outra saída seria reaproveitar o que já tem na internet em vez da obrigatoriedade de disponibilizar material novo com a sensação de missão cumprida. Para as escolas que exigem a figura do professor, outros materiais poderiam ser oferecidos como complementares.

Considerações finais

Comparamos duas situações: o que os documentos norteadores da educação estabelecem e a realidade de fato sobre a imersão de alunos e professores na cultura digital. Esta pandemia nos mostrou que as bases educacionais brasileiras são compostas de exigências desvinculadas de um contexto real de vivência.

Vemos nas notícias o engajamento dos profissionais da educação para a promoção do ensino em diversas realidades e isso merece atenção e cuidado em qualquer análise e pesquisa realizada através do papel do professor, a fim de evitar impressões equivocadas sobre o que de fato está acontecendo dentro da escola.

Podemos considerar que a formação de professores está para além das matrizes curriculares, onde se torna possível romper com os paradigmas conteudistas e desenvolver discussões aprofundadas sobre a valorização do processo de formação de professores.

O enriquecimento no processo de formação de professores muitas vezes se estabelece nessas entrelinhas, onde é possível explorar situações diferentes das previstas nos conteúdos programáticos dos planos de ensino das disciplinas e/ou componentes curriculares.

O atual contexto nos mostra um desafio a ser superado perante a realidade: professores correndo contra o tempo para aprender e responder às exigências curriculares e alunos que não têm as ferramentas, nem os equipamentos necessários para acompanhar as mudanças, o que traz a falta de equidade do sistema de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, nº 247, 23.12.2019, Seção 1, p.115, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. *Diário Oficial da União*. Seção 1. Brasília, DF, 22 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Estudo comparativo entre a Versão 2 e a Versão Final. Brasília: MEC, 2017a. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/system/files/private/midioteca/documentos/2017/bncc_estudocomparativo.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017b. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>

CONSED . Conselho Nacional de Secretários de Educação. **Diretrizes para protocolo de retorno às aulas presenciais**. CONSED, jun., 2020. Disponível em: <http://www.consed.org.br/portal/noticia/consed-lanca-diretrizes-para-protocolos-de-retorno-as-aulas>. Acessado em: 17 set. 2020.

CHURCHES, Andrew. Bloom's Digital Taxonomy. **Educational Origami**, August 29, 2010.

IIVARI, N.; SHARMA, S.; VENTÄ-OLKKONEN, L. Digital transformation of everyday life – How COVID-19 pandemic transformed the basic education of the young generation and why information management research should care? *International Journal of Information Management*, 2020.

GAROFALO, Débora. *Educação 4.0: o que devemos esperar*. 07 de março de 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/9717/educacao-40-o-que-devemos-esperar>. Acesso em: 08 abr. 2021.

LISKA, G. J. R. A atuação do designer instrucional na preparação de conteúdo para o ensino de português a distância. *SCRIPTA*, v. 22, p. 203-218, 2018.

LISKA, G. J. R.; RIBEIRO, L. M. O. . A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a sua articulação com a legislação para a formação inicial do professor de língua portuguesa. *TREM DE LETRAS*, v. 3, p. 81-108, 2017.

[PAIVA, R. A.](#); [PADILHA, M. A. S.](#) . A WebQuest e a Taxonomia Digital de Bloom como uma nova coreografia didática para a educação online. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, v. 5, p. p. 81-100, 2012.

ROYLE, K.; STAGER, S.; TRAXLER, J. Teacher development with mobiles: Comparative critical factors. *Prospects*, v. 44, n. 1, p. 29-42, 2014.

SAVIANI, Dermeval. *EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular*. movimento-revista de educação, Submissões, n. 4, aug. 2016. ISSN 23593296. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575/18710>>. Acesso em: 22 set. 2020.

Submetido em: 02/12/2020.

Aprovado em: 26/04/2021.

Como referenciar este artigo:

RODRIGUES LISKA, Geraldo Jose. Cultura digital, linguagens e TDIC na BNCC e na BNC-Formação no contexto da pandemia. **revista Linguagem**, São Carlos, v.40, Número temático. Covid-19: uma pandemia sob o olhar das ciências da linguagem, 2021, p. 288-304.